

DENILSON VICTOR MACHADO TEIXEIRA

DUPLO GRAU *de*
JURISDIÇÃO OBRIGATÓRIO




DIALÉTICA
ED. 1078X


Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânica ou eletrônica, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização do editora.

Copyright © 2023 by Editora Dialética Ltda.
Copyright © 2023 by Denilson Victor Machado Teixeira.



DIALÉTICA
EDITORA

 /editoradialetica

 @editoradialetica

www.editoradialetica.com

EQUIPE EDITORIAL

Editores

Profa. Dra. Milena de Cássia de Rocha
Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira
Prof. Dr. Tiago Aroeira
Prof. Dr. Vitor Amaral Medrado

Designer Responsável

Daniela Malacco

Produtora Editorial

Kariny Martins

Controle de Qualidade

Marina Itano

Capa

Maria Eduarda Steola

Diagramação

Joyce Silva

Preparação de Texto

Nathália Sôster

Revisão

Responsabilidade do autor

Assistentes Editoriais

Jean Farias
Larissa Teixeira
Ludmila Azevedo Pena
Thaynara Rezende

Estagiários

Diego Sales
Laís Silva Cordeiro
Maria Cristiny Ruiz



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T266d Teixeira, Denilson Victor Machado.
Duplo Grau de Jurisdição Obrigatório / Denilson Victor Machado
Teixeira. – São Paulo : Editora Dialética, 2023.
244 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-252-7887-2

1. Filosofia do Direito Processual. 2. Direito. 3. Justiça. I. Título.

CDD 340
CDU 34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	29
1. O INSTITUTO DO REEXAME COMPULSÓRIO DO PROVIMENTO JURISDICIONAL	35
1.1 Conflitos intersubjetivos de interesses, jurisdição e decisão jurisdicional	35
1.2 Falibilidade do julgador e a recorribilidade recursal	41
1.3 Duplo grau de jurisdição	46
1.4 O reexame compulsório do provimento jurisdicional propriamente dito (remessa necessária)	49
1.4.1 Histórico	49
1.4.2 Dispositivos legais no ordenamento jurídico brasileiro	64
1.4.3 Legislação estrangeira	69
1.4.4 Razão ontológica	72
1.4.4.1 Acesso à jurisdição e celeridade processual	77
1.4.5 Objeto, natureza jurídica, conceito e efeitos	81
1.4.6 Comentários ao artigo 496 do CPC/2015	90
1.4.6.1 Art. 496, caput, do CPC/2015	91
1.4.6.2 Art. 496, inc. I, do CPC/2015	98
1.4.6.3 Art. 496, inc. II, do CPC/2015	104
1.4.6.4 Art. 496, § 1º, do CPC/2015	106
1.4.6.5 Art. 496, § 2º, do CPC/2015	107
1.4.6.6 Art. 496, § 3º, do CPC/2015	109
1.4.6.7 Art. 496, § 4º, do CPC/2015	118

2. ANÁLISE CRÍTICA DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO OBRIGATÓRIO: SOB O VIÉS DE UMA FILOSOFIA DO DIREITO PROCESSUAL NO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO	123
2.1 Fundamento sociojusfilosófico do direito	123
2.2 Valores jurídicos: justiça e igualdade	133
2.2.1 Noções sobre axiologia e valores jurídicos	133
2.2.2 Justiça: o valor-mor	135
2.2.3 Igualdade: a paridade de armas	142
2.3 Proêmios às problemáticas do reexame compulsório	145
2.4 Sujeitos da relação processual e respectiva representatividade fazendária: implicações quanto ao duplo grau de jurisdição	149
2.5 Ministério Público: o guardião do interesse público primário	151
2.6 Enfrentamento da problemática do duplo grau de jurisdição obrigatório no processo civil e sua (quiçá) solução	157
2.6.1 Aparelhamento jurídico-institucional do Estado	157
2.6.2 (In)parcialidade da magistratura	161
2.6.3 Participação do Ministério Público?	169
2.6.4 Artigo 496 do CPC/2015: norma jurídica (in)válida?	182
2.6.5 Colisões entre os princípios do duplo grau de jurisdição obrigatório e da igualdade: solução.	186
2.6.6 Afronta aos valores da justiça e da igualdade?	188
2.6.7 (In)utilidade do reexame compulsório no processo civil	197
2.6.8 (In)constitucionalidade do instituto?	200
2.7 <i>Lex suggestione</i>	206

CONCLUSÃO	211
------------------	------------

REFERÊNCIAS	225
--------------------	------------
